

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Lula Marques/ Agência Brasil



Aliados condenam alguns gestos do pré-candidato

Quaest: eleitores bolsonaristas desconfiam de Flávio

Além da queda de Flávio Bolsonaro entre eleitores independentes, a pesquisa Quaest apontou um dado que também passou a preocupar políticos da direita: a desconfiança de eleitores que se dizem bolsonaristas em relação a atitudes do senador.

O grupo se dividiu quando os entrevistadores perguntaram se Flávio havia acertado ou errado ao pedir financiamento a Daniel Vorcaro. Para 42%, ele acertou, não havia nada demais em solicitar o dinheiro; o mesmo percentual, porém, afirmou que ele errou. Um percentual alto — 33% — de bolsonaristas disse que as conversas entre Flávio e Vorcaro levantaram suspeitas (para 46%, os contatos foram normais).

Rachaduras

Para 29% dos integrantes deste segmento, Flávio Bolsonaro sabia que Vorcaro estava envolvido com corrupção. O percentual dos que discordam da afirmação é bem maior, 62%, mas, para um deputado do PL, as desconfianças revelam uma espécie de rachadura na imagem do pré-candidato.

Indicam que ele tem problemas de até entre seguidores de seu pai, Jair Bolsonaro.

Reprodução / X



Vorcaro: muitos não sabem de suas conversas com Flávio

Relação desconhecida

Outro problema capaz de agravar a situação do senador é alto percentual de eleitores — 44% do do total — que afirmou não saber, no momento da pesquisa, das conversas entre o pré-candidato e Vorcaro. Ou seja, há muito espaço para o aumento da repercussão do caso.

Segundo a pesquisa, foram limitadas as consequências positivas para Flávio da decisão norte-americana de considerar terroristas o PCC e o CV. A maioria — 60% — concorda com a classificação, desde que seja feita pelo Brasil, e não pelos Estados Unidos.

Patriotismo

A Quaest também indica que a incursão de Flávio Bolsonaro nos EUA e o anúncio de possíveis retaliações para o Brasil favoreceram Lula, que tem investido no discurso nacionalista e de soberania. A maior parte dos entrevistados (53%) avalia que as medidas norte-americanas prejudicarão o Brasil e que Lula representa mais o patriotismo e a defesa do país do que o senador (47% a 37%).

Amarelinha

A percepção de que Lula é mais patriota do que o principal adversário deixou petistas muito animados: nos últimos anos, o discurso nacionalista vinha sendo quase monopolizado pelos bolsonaristas. Segundo um aliado do presidente, ele vai aproveitar a Copa para, mais uma vez, usar a camisa da seleção.

Aprovação

Outro aspecto da pesquisa ressaltado no PT é que, entre eleitores bolsonaristas, a aprovação de quatro medidas do governo listadas pela Quaest é maior do que a reprovação: casos de medidas para segurar preços de combustíveis, fim da taxa das blusinhas e os programas Move Brasil e contra o crime organizado.

Linha de corte

Pela primeira vez, desde o início de sua ascensão, em março, que Flávio Bolsonaro ficou com menos de 40 pontos em um eventual segundo turno contra o petista. Como o Correio Bastidores mostrou na edição de 21 de maio, este era o limite de queda admitido por aliados de outros partidos.

Prazo

Dois dias antes, a coluna publicou que, segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), seria preciso esperar dez dias para verificar o tamanho do estrago causado pela revelação das conversas entre Flávio e Vorcaro. O prazo já se esgotou; o PL tenta segurar partidos do Centrão que desconfiam da viabilidade de Flávio.

Indefinição

A estagnação das outras pré-candidaturas de direita dificulta o apoio de partidos como União Brasil, PP e Republicanos a Ronaldo Caiado (PSD) ou Romeu Zema (Novo). A tendência é deixar o assunto para perto das convenções, que devem ser realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto.

Acerto

Diante da imobilidade do quadro, cresce a tendência de apoio desses partidos a Lula: um acerto antes do primeiro turno, que incluiria tempo de TV, garantiria mais vantagens para o Centrão em um eventual novo governo petista. Os números da Quaest não descartam a chance de vitória petista na primeira rodada.



Plínio Valério é o relator da proposta sobre o BC

CCJ aprova mais autonomia para o BC

De olho no Pix, governo e oposição ampliam disputa

Por Beatriz Matos

Depois de aparecer nas discussões envolvendo a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos (EUA) e se tornar alvo de embates políticos nas últimas semanas, o Pix, sistema de pagamentos criado pelo Banco Central (BC), passou a ser tema de diferentes iniciativas no Congresso Nacional.

Nesta quarta-feira (10), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou uma proposta que inclui o Pix na Constituição Federal, enquanto outra PEC apresentada na Câmara dos Deputados busca blindar o sistema contra eventuais restrições decorrentes de pressões externas.

A movimentação ocorre em um momento em que o Pix deixou de ser tratado apenas como uma ferramenta financeira.

Nos últimos meses, o sistema passou a ser citado em discussões sobre soberania econômica, autonomia tecnológica e até na disputa política entre governo e oposição.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem defendido publicamente o Pix como um patrimônio nacional, enquanto parlamentares passaram a discutir formas de ampliar sua proteção jurídica.

A iniciativa mais avançada está no Senado. A CCJ aprovou a PEC que concede autonomia

financeira e orçamentária ao Banco Central. Entre as propostas do texto está a inclusão do Pix na Constituição Federal, com a garantia de gratuidade para pessoas físicas e a vedação de que sua gestão seja transferida para qualquer entidade que não seja o próprio Banco Central.

A votação ocorreu no mesmo dia em que o governo federal anunciou que o Pix passará a receber do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o reconhecimento de marca de alto renome, o mais elevado nível de proteção concedido a uma marca no país.

Embora a inclusão do Pix tenha atraído grande atenção, o principal objetivo da PEC aprovada pela CCJ é ampliar a autonomia do Banco Central. Atualmente, a instituição já possui independência operacional. Com a proposta, passaria também a contar com autonomia financeira e orçamentária para administrar seus recursos e planejar investimentos.

O relator da matéria, senador Plínio Valério (PSDB-AM), defendeu a aprovação do texto e destacou a importância da inclusão do Pix na Constituição. “O Pix, que é esse patrimônio histórico nacional, vai estar contido na Constituição brasileira. Isso que a gente fez aqui é história. O cidadão comum tenha a certeza de que ele jamais será taxado”, afirmou o parlamentar.